Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0052/2026

COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

O Município de Pirapora do Bom Jesus, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a, **contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação de equipe técnica para desenvolvimento das ações**, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: dia 08/09/2026 ás 23:59 HORAS

O edital estará disponível no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4131-9191 Ramal 9179

Pirapora do Bom Jesus, 02 de setembro de 2026.

ANDRIELLE CRISTINA DE AGUIAR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

DISPENSA DE VALOR Nº 0052/2026

PROCESSO Nº 0507/2026

FUNDAMENTO: ART. Nº. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS** torna público que se acha aberto, nesta unidade, contratação direta na modalidade DISPENSA critério de julgamento **GLOBAL**, objetivando a **Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação de equipe técnica para desenvolvimento das ações**, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos Artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste instrumento, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: do dia 02/09/2026 ao dia 08/09/2026 ás 23:59 HORAS

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação,

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação de equipe técnica para desenvolvimento das ações.

Esses serviços serão realizados de acordo com as especificações detalhadas neste documento.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos.

Anexo I Termo de Referencia

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo declaração conjunta;

Anexo IV – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Anexo V – Minuta de contrato

2. LOCAL E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas, conforme o modelo Anexo II deverá ser encaminhado ao e-mail

compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br indicando no assunto "Proposta – Dispensa de Valor n.º 0052/2026, devidamente assinada juntamente com as Declarações dos Anexos III e IV.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele correrão integrante.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das futuras aquisições do objeto desta Contratação direta correrão à conta dos recursos provenientes do consignado no orçamento vigente das Secretaria Municipal abaixo relacionada:

Secretaria de Saúde

Bloco da Atenção Primária – IGM SUS Paulista – DR: 0230100.95 – Ficha: 129 – Agência: 1596-2 – Conta: 25.878-4.

4. DO VALOR ESTIMADO

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

O valor global estimado para contratação será de **R$ 65.076,00**

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. A execução dos serviços observará a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde e o fluxo de referência e contrarreferência estabelecido pela CONTRATANTE.

5.2. Conforme estimativa constante do Termo de Referência, prevê-se o atendimento de aproximadamente **17 pacientes**, com expectativa média de **68 procedimentos por mês**, totalizando aproximadamente **204 procedimentos por trimestre**.

5.3. A quantidade prevista constitui estimativa para dimensionamento dos serviços, devendo a execução observar as necessidades efetivamente encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e as condições estabelecidas no procedimento de contratação.

5.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica e cronograma de implantação no prazo de até **15 (quinze) dias** contados da emissão da Ordem de Serviço.

5.5. A CONTRATADA deverá apresentar protocolo para tratamento de feridas das especialidades envolvidas no prazo de até **30 (trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço.

5.6. A Secretaria Municipal de Saúde indicará o local de execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.7. A CONTRATADA deverá realizar as adequações eventualmente necessárias ao espaço físico para o desenvolvimento das ações, quando de sua responsabilidade conforme o Termo de Referência.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta contratação direta os interessados que:

a) Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação exigida para a participação do procedimento de contratação direta;

b) Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.2 A participação neste certame é destinada **EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos do art. 48 e art 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

6.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da contratação direta, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.5 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta contratação direta, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

6.6 **Microempresa –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

6.7 **Empresa de Pequeno Porte –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.8 Somente será aplicado o disposto no item anterior se houver, pelo menos 03 (três) proponentes que sejam Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte participando. 6.9. As interessadas que não se enquadrem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão enviar proposta, pois caso não haja 03 (três) Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será admitida a participação de todas as licitantes.

6.9 A proponente deverá declarar, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam o seu desenquadramento dessa situação.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.10 A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da a participante, conforme Anexo III, ou apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial ou todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente.

6.11 A participação nesta contratação direta implica o reconhecimento pela a participante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

6.12 Será vedada a participação de empresas:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação direta, impossibilitada de participar da contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade a participante;

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 118/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da contratação direta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou função

6.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.14 Os disposto nas alíneas "b" e "c" do item 6.12 não impede a contratação direta ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.15 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.16 A vedação de que trata a alínea "h" do item 6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.17 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da a participante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da contratação direta.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

7.1. O presente EDITAL ficará **ABERTO PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data de publicação no Sitio Oficial do Município e no PNCP

, a proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: : Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite, fazendo referência ao Edital de Dispensa n° 0052/2026.

7.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico (e-mail), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declaração conjuntiva e declaração de ME, conforme modelo constante no Anexo III e IV.

7.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela sua desclassificação.

7.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estimado pela Administração.

7.6. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) da empresa proponente; número do Edital e Processo de Dispensa;

b) Apresentar proposta comercial, conforme **Anexo II** deste Edital;

c) Na proposta de preços deve conter descrição cada item, marca/modelo de cada item, preço unitário dos itens, valor total de cada item e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

d) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionada com o fornecimento do objeto da presente contratação direta;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

f) Prazo de entrega/execução do objeto da contratação direta, conforme termo de referência anexo I do edital; data e assinatura devidamente identificadas do proponente sob a denominação ou razão social.

g) Qualificação do representante legal da empresa que, caso vencedora, assinará contrato, se for o caso.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A análise das propostas pelo Departamento de Compras visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujos preços forem superiores em relação aos valores estimados pelo órgão que autorizou a presente contratação direta;

b) cujo preço total for simbólico ou irrisório, ou manifestamente inexequível;

c) será considerado inexequível aquele preço cuja viabilidade não tenha sido demonstrada, quando requerido.

8.2. Será desconsiderada oferta ou vantagem baseada na proposta das demais a participantes.

8.3. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a classificação, com observância do menor preço ofertado para o item.

8.4. Para efeito de seleção será considerado o **GLOBAL.**

8.5. A classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério nos termos do artigo 60 da Lei 14.133/2021

8.6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Departamento de Compras procederá à solicitação dos documentos de habilitação da participante que apresentar a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

8.7. O Departamento de Compras poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.8. Após a negociação, se houver, o Departamento examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.9. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o participante será declarado vencedor.

8.10. Se a oferta não for aceitável ou se a participante desatender as exigências de habilitação, o Departamento de Compras examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor.

8.11. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

b.1) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento de recebimento de propostas, a contar da convocação, sob pena de preclusão.

b.2) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

b.3) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

c) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

d) Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão os procedimentos relativos à Dispensa de contratação direta, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem "d" será declarada a melhor oferta proposta.

9. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a participante será habilitada e declarada vencedora.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários à habilitação somente serão exigidos do vencedor, ou seja, da empresa que apresentou a melhor proposta.

9.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados por e-mail no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação do Departamento de Compras.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem; ou

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CADESP) e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade de débito referente a todos os créditos tributados e á Divida Ativa da União (DAU), administrados pela Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma prevista na Portaria PGFN/RFB número 1.751/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou domicílio da licitante;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal – CRF;

f) Certidão de regularidade de débito para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Certidão negativa do pedido de falência.

9.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta dispensa de licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante que comprovem a execução de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com atendimento mínimo de 10 % (dez por cento) da quantidade de procedimentos relacionados à execução dos serviços deste Termo de Referência ou suficientemente similares;

b) Comprovação da compatibilidade de integração aos sistemas públicos (CNES, e-SUS MAC e SISREG), permitindo exportação de dados para o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS);

c) Licença de funcionamento da empresa, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;

d) Comprovação de regularidade quanto ao Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

e) Comprovação de regularidade de todos dos insumos a serem utilizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através do registro; isenção; notificação ou cadastramento; ou ainda, se for o caso, comprovar que o produto não está sob controle sanitário;

10. DECLARAÇÕES GERAIS,

10.1 consistente em:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **Anexo III (declaração conjunta)**.

b) Declaração de superveniência de fato impeditivo para sua habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

c) Declaração de que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

d) Declaração assinada pelo responsável da empresa, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito (18) anos, e qualquer trabalho aos menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme **Anexo III (declaração conjunta)**.

e) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme artigo 61§1º da Lei Federal 14.133/2021, **Anexo III (declaração conjunta)**.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, **Anexo III (declaração conjunta)**.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021. **Anexo III (declaração conjunta)**.

10.2. Para fins de se valer das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento, conforme anexo **IV**

11. DO PAGAMENTO

Pagamento em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e atesto da nota fiscal pela fiscalização do contrato, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

a) A Nota Fiscal/ Fatura Liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo Fiscal do contrato.

b) Considera – se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto contratado.

c)Constando – se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12. DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Qualquer pessoa é parte legitima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido o último dia para apresentação da proposta.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sitio eletrônico oficial no prazo de até 1 (um) dia útil.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, de forma eletrônica via e-mail no endereço eletrônico compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

12.4. De forma presencial por meio de petição que será endereçada à autoridade subscritora do Edital, o seu protocolo poderá ser realizado no Protocolo Geral do Município, no endereço Praça dos Poderes Municipais, nº57, Centro, Pirapora do Bom Jesus/SP.

12.5. A petição será instruída com os seguintes documentos e informações:

a) cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica impugnante, bem como de instrumento de procuração com outorga de poderes específicos para solicitar esclarecimentos, providência ou impugnação, desde que o representante em tais pedidos não conste do ato constitutivo ou de ata de eleição e/ou nomeação e/ou designação de seu representante legal;

b) cópia do Registro Geral na Secretaria de Segurança Pública do Estado (RG) e do Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda (CPF), caso o impugnante seja pessoa física;

c) documentos que fundamentem os seus argumentos, desde que compreendam como necessários para a resposta do pedido formulado;

d) cópia do comprovante de endereço completo, bem como informação do número de telefone/fax e e-mail, a fim de possibilitar a comunicação tempestiva da decisão administrativa

12.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a gente de contratação durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.II.II.a.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.II.II.a.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.II.II.a.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.II.II.a.4. deixar de apresentar amostra;

1.II.II.a.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.II.II.a.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

IV apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

V fraudar a licitação

VI comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.II.II.a.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.II.II.a.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.II.II.a.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

VIII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

V. a natureza e a gravidade da infração cometida.

VI as peculiaridades do caso concreto

VII as circunstâncias agravantes ou atenuantes

VIII os danos que dela provierem para a Administração Pública

IX a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6. Para as infrações previstas nos itens IV, V,VII e VIII a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II

13.10. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens IV, V,VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a

reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2 O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, sempre que verificar ilegalidades insanáveis, de ofício ou por provocação.

14.3 A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, reembolso, restituição.

14.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

14.5 A empresa vencedora, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar os fornecimentos ou a execução dos serviços licitados pelo MUNICÍPIO.

PIRAPORA DO BOM JESUS 02 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Gregório Rodrigues Pontes Maglio

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo a Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação de equipe técnica para desenvolvimento das ações.

2. JUSTIFICATIVA

O Município de Pirapora do Bom Jesus, com população estimada em 18.836 habitantes (IBGE, 2024), porém com uma população SUS dependente de 15.711, apresenta crescente demanda por serviços especializados em tratamento de feridas complexas, reflexo do aumento das doenças crônicas não transmissíveis, do envelhecimento populacional e da alta taxa de internações por complicações infecciosas.

Estudos acadêmicos publicados em 2019 indicam que aproximadamente 20 milhões de pessoas no mundo convivem com feridas crônicas. No Brasil, dados do Ministério da Saúde, divulgados pela Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV), revelam que entre 2012 e 2021 ocorreram cerca de 245 mil amputações de membros inferiores, sendo que metade desses casos envolveu pacientes diabéticos, sendo que de acordo com a perspectiva populacional 1 à cada 1000 habitantes possui algum tipo de ferida crônica[1]. Com o objetivo de oferecer suporte especializado no cuidado de pessoas com feridas e estomias, a Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, possui a intenção de implantar um protocolo de tratamentos e cuidados de feridas contínuo e integralizado à rede municipal de Saúde. A perspectiva inicial de atendimento realizado no município parte uma perspectiva de 17 pacientes (o que coincide com a perspectiva baseada na população SUS Dependente) que já utilizam da rede municipal de Saúde para seu tratamento, todavia a flutuação da demanda tende a crescer à medida que a oferta do serviço se popularizar.

[1] **Fonte 1:** https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/releases/estudos-apontam-que-cerca-de-20-milhoes-de-pessoas-tem-feridas-cronicas-no-mundo/
Fonte 2: https://www.scielo.br/j/cenf/a/tRLhTLNDYR6tdgCsdNHBXmp/?lang=pt

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

No Brasil, as feridas constituem um sério problema de saúde pública, devido ao grande número de pacientes com alterações na integridade da pele, embora sejam escassos os registros desses atendimentos.

Ferida é representada pela interrupção da continuidade de tecido em maior ou menor extensão, e podem ser agudas ou crônicas. Dessa forma, os cuidados com as feridas exigem atuação interdisciplinar, adoção de protocolo, conhecimento específico, habilidade técnica, articulação entre os níveis de complexidade de assistência do Sistema Único de Saúde (SUS) e participação ativa do paciente e seus familiares.

Alguns fatores podem interferir no processo de cicatrização, são eles: idade, mobilidade, estado nutricional, doenças associadas, infecções e uso de alguns medicamentos de forma continuada.

Existem tipos diferentes de feridas, com tempos diferentes para cicatrização, de acordo com as condições apresentadas por cada paciente. A conduta terapêutica sofre influência direta da etiologia da ferida, além disso avalia-se a dor, o edema, a extensão e profundidade da lesão, as características do leito e da borda da ferida, a pele ao redor e o exsudato dentre outros aspectos.

Após a classificação é necessário minuciosa avaliação de acordo com a localização, tamanho, presença de exsudato, focos infecciosos, estágio da ferida para determinar o tipo de tratamento a ser adotado.

A prática tem demonstrado que os procedimentos convencionais e tradicionais demandam um tempo maior para apresentar evolução satisfatórios, levando a um custo bastante significativo em aquisição de insumos e utilização de recursos humanos para executar os procedimentos necessários, sem levar em conta o sofrimento do paciente, pois dependendo do tipo de ferida, esse pode ser afastado do seu trabalho e do convívio social.

A ferida é algo que fragiliza a pessoa, podendo ocasionar incapacidades psíquicas e físicas. Essa pessoa carrega a causa dessa lesão (um acidente, uma queimadura, uma agressão, uma doença crônica, complicações após um procedimento cirúrgico, entre tantos outros). Este trauma passa a ser uma marca, um sinal, uma cicatriz, lembrança de dor, de perda que permanece mesmo após a cicatrização.

Nesse sentido, o avanço da tecnologia para tratamento de feridas possibilita diminuir o tempo de cicatrização, o risco de hospitalização, prevenção de infecções e outras complicações.

A rede municipal de saúde de Pirapora do Bom Jesus conta com uma ampla estrutura, porém ainda carece de um serviço estruturado com cobertura integral para o cuidado

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

especializado de feridas, incluindo insumos e equipe interdisciplinar. A ausência desse serviço implica em agravamento clínico, absenteísmo laboral e maior incidência de internações por causas evitáveis.

O avanço tecnológico na área de insumos e a adoção de protocolos baseados em evidências científicas têm demonstrado resultados significativos na aceleração da cicatrização, prevenção de infecções e na redução de custos com internações hospitalares. Por isso, torna-se urgente a implantação de um serviço especializado no cuidado integral ao paciente com feridas no Município de Pirapora do Bom Jesus.

A ampliação do acesso aos atendimentos voltados ao cuidado integral de pacientes com feridas, fundamentados em uma abordagem interdisciplinar, promove a adoção de práticas eficazes e eficientes que aceleram o processo de cicatrização, reduzem os riscos de complicações, previnem o aparecimento de novas lesões, otimizam o custo-benefício do tratamento e contribuem significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Para desenvolvimento desse serviço a Secretaria Municipal de Saúde propõe a contratação de empresa especializada em tratamento de feridas para fornecimento de equipe interdisciplinar, protocolos clínicos baseados em evidência científica, insumos necessários e educação em saúde para assistência desses pacientes.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Para aprimorar o cuidado integral, deverão ser adotados protocolos clínico-assistenciais atualizados, baseados em evidências científicas, incluindo:

a) Elaboração de protocolos de atendimento baseados em evidências científicas;
b) Classificação padronizada das feridas por tipo, estágio e exsudação;
c) Inclusão de procedimento de baropodometria:
d) Acompanhamento por equipe interdisciplinar especializada, conforme perfil assistencial;
e) Monitoramento informatizado via sistema compatível com o e-SUS;
f) Implantação de indicadores de desempenho determinados pelo Município de Pirapora do Bom Jesus.

3.2. Deve-se prever a ampliação do atendimento conforme demanda identificada, priorizando a regionalização da atenção e a integração com as Unidades Básicas de Saúde e a regulação municipal.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Unidades de Saúde de Pirapora do Bom Jesus
PRONTO ATENDIMENTO BENEDITO ZEFERINO DA SILVA
AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES PEDRO DAMEN
USF ARLINDA MARIA DE JESUS
USF BENEDITO PEREIRA DA SILVA BIL
USF DR FLAVIO DE MORAES DIAS
USF DRA CELIA MARIA BRITO SALGADO

3.3. Baseando-se em experiências de serviços que atendem pacientes com feridas que necessitam de cuidados especiais, deverá ser disposto o atendimento para os seguintes tipos de lesão:

Etiologia	%
Ferida Operatória Íntegra	3%
Lesão Indeterminada	3%
Ferida Operatória Deiscência	3%
Queimadura Grau I	3%
Afecções Bolhosas	3%
Lesão por Pressão	6%
Outras Afecções de pele e tecido subcutâneo	9%
Lesão Arterial	13%
Lesão Pé Diabético	16%
Lesão Venosa	41%
Total	100%

Serão realizados pelo menos 68 procedimentos por mês, totalizando 204 por trimestre.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

3.4. Descrição Técnica de Lesões e Estadiamentos

a) Lesão por Pressão: é uma lesão localizada na pele e/ou tecido subjacente, geralmente sobre uma proeminência óssea, como resultado da pressão, ou da combinação entre pressão e cisalhamento.

Estágio 1: Pele íntegra com eritema que não embranquece à pressão. Pode apresentar alterações em temperatura, consistência e sensibilidade.

Estágio 2: Perda parcial da espessura da pele, expondo a derme. Pode apresentar-se como abrasão, bolha ou úlcera superficial.

Estágio 3: Perda total da espessura da pele, com exposição de tecido subcutâneo, sem exposição de músculo, osso ou tendão.

Estágio 4: Perda total da espessura do tecido, com exposição de osso, tendão ou músculo. Pode haver necrose, esfacelo e túneis.

Não Classificável: Perda total da espessura da pele, mas a base da lesão está coberta por necrose, impedindo a classificação do estágio.

b) Úlcera Vasculogênica: São feridas crônicas causadas por alterações no fluxo vascular, podendo ser arteriais, venosas ou mistas.

Úlcera Venosa: Associada à insuficiência venosa crônica. Lesão geralmente superficial, exsudativa, com bordas irregulares.

Úlcera Arterial: Causada por isquemia tecidual devido à obstrução arterial. Lesão geralmente profunda, dolorosa, com necrose seca ou úmida.

c) Lesão de Pé diabético: Lesão de pé diabético, com risco de infecção, ulceração e amputação. Classificação de Wagner:

Grau 0 – Pé em risco, sem lesão presente.

Grau 1 – Lesão superficial envolvendo toda a espessura da pele.

Grau 2 – Lesão profunda atingindo ligamentos e músculos, sem abscesso ou osteomielite.

Grau 3 – Lesão com abscesso, osteomielite ou infecção profunda.

Grau 4 – Necrose localizada (dedo ou antepé).

Grau 5 – Necrose extensa em todo o pé.

d) Queimaduras

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Classificação por profundidade:

1º Grau – Atinge somente a epiderme. Vermelhidão, dor e sem bolhas.

2º Grau – Atinge a epiderme e parte da derme. Presença de bolhas, dor intensa.

3º Grau – Atinge todas as camadas da pele, podendo parecer branca ou carbonizada. Danos às terminações nervosas.

e) Lesões Agudas são feridas recentes que ocorrem de forma súbita e seguem um processo de cicatrização previsível e ordenado, com tendência a fechamento completo em um período de até 6 semanas, desde que não haja complicações.

Podem ocorrer por traumas físicos, químicos ou cirúrgicos, que levam à ruptura da integridade da pele ou de tecidos moles. Essas lesões passam pelas fases fisiológicas normais da cicatrização:

Hemostasia

Inflamação

Proliferação

Remodelação (maturação)

Quando esse processo transcorre sem interferências como infecção, necrose ou isquemia, a cicatrização tende a ocorrer de forma completa, evitando a evolução para feridas crônicas.

O município de Pirapora do Bom Jesus tem uma população SUS dependente de 15.711 habitantes (DataSUS 2024), baseado com os estudos apresentados pela OMS o município tem pelo menos 294 pessoas que padecem de algum tipo de ferida, dessas, 59 pessoas possuem feridas de necessitam cuidados especiais.

3.5. Para esse tipo de assistência é necessário a implantação de um protocolo de serviço especializado em Tratamento de feridas e Educação em Saúde utilizando, além dos insumos, utilizando coberturas apropriadas e com tecnologia avançada.

3.6. A prestação do serviço para Tratamento de Feridas deve ser realizada por empresa com capacidade para fornecimento de equipe interdisciplinar, protocolos clínicos baseados em evidência científica, insumos necessários e educação em saúde para assistência desses pacientes.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

3.7. A Secretaria de Saúde indicará o local onde será executado o serviço. O local indicado será adequado as exigências legais vigentes da Vigilância Sanitária, com ambientes em número suficientes para atender a demanda da população referenciada.

3.8. Caso haja necessidade de qualquer adequação do espaço físico para desenvolvimento das ações, essas adequações serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.9. Os mobiliários, equipamentos e instrumentais para realização dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA e deverá fazer parte do cronograma orçamentário.

4. QUANTIDADES CONTRATADAS

4.1. Baseado nos estudos citados na justificativa do presente estudo, estima-se que 17 municipes de Pirapora do Bom Jesus necessitem dos serviços descritos. Nessa toada, a execução do serviço para tratamento de feridas possui a expectativa média de 68 procedimentos por mês (considerando que cada paciente deve realizar a troca dos curativos 1 vez por semana), de acordo com a seguinte panorâmica;

RESUMO	
Município:	Pirapora do Bom Jesus
Habitantes:	18.836
SUS DEPENDENTE	15.711
Pacientes - Ferida Grau II	17
Média de Procedimentos Mensal	68

4.2. O procedimento integrado de cuidado com feridas e estomias consiste em curativo de tratamento ativo, que envolve avaliação, limpeza, aplicação de cobertura avançada e bandagem quando indicada, com fornecimento de todos os insumos necessários, realizado por meio de avaliações periódicas e curativos simples de acompanhamento, voltados à prevenção de recidivas (um atendimento mensal por paciente). Quando necessário, deverá ser realizado o desbridamento, com remoção de tecido necrosado utilizando instrumental estéril, gaze, solução fisiológica e luvas, também fornecidos pela CONTRATADA.

5. DOS INSUMOS À SEREM UTILIZADOS

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

5.1. A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento de todos os insumos necessários para a realização de cada procedimento.

5.2. Itens Mínimos Necessários:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	**Compressa de gaze estéril**, confeccionada em tecido 100% algodão, hidrófilo, sem filamento radiopaco com 05 dobras e 08 camadas, medindo aproximadamente 7,5 cm x 7,5 cm, com densidade mínima de 13 fios por cm², com bordas devidamente acabadas, isenta de impurezas, fiapos soltos, substâncias gordurosas ou materiais estranhos. O produto deverá apresentar alta capacidade de absorção, maciez e uniformidade de trama, sendo indicado para curativos, absorção de exsudatos, limpeza e assepsia de feridas, bem como procedimentos médicos e hospitalares em campo estéril. Deverá ser esterilizado por método físico ou químico devidamente validado. O produto deverá ser descartável e de uso único, embalado em papel grau cirúrgico e filme biodegradável que garantam a manutenção da esterilidade até o momento do uso. O produto deverá apresentar registro ou cadastro na ANVISA, atender às normas técnicas: ABNT NBR 13841, NBR 13842 e NBR 13843 sendo comprovado através da apresentação de laudo emitido por laboratório acreditado.
2	**Atadura de crepe**, não estéril, hipoalergênica, aproximadamente 80% algodão, 20% de poliamida, trama regular com no mínimo 13 fios/cm2, estrutura por entrelaçamento de fios, contendo massa por unidade de 13,3 gr não abrasiva com fios de alta torção, bordas devidamente acabadas, isentas de fios soltos. Tamanhos: 6,10,15,20 cm de largura e aproximadamente 1,80 m de comprimento (em repouso) e 4,50 m (esticada) embalagem deverá conter dados do fabricante, lote, validade, metragem, tamanho, gramatura, sac. Embalada individualmente e reembalada em pacote com 12 (doze). De acordo com a ABNT NBR 14056 e RDC 185.
3	**Bandagem de fixação elástica**, autoadesiva, extensível até 80%, altamente absorvente, respirável, suave na pele. Composto de 43% viscose e 37% algodão 20% poliamida, medidas: 10cm x 4m embalado individualmente. A apresentação deverá obedecer a legislação vigente. Caixa com 1 unidade.
4	**Bandagem elástica funcional adesiva 5m x 6cm** - Atadura adesiva elástica (tipo tensoplast) - de 5m x 6cm (aprox.) Descrição: atadura adesiva elástica confeccionada em tecido elástico, constituído de fios de algodão no sentido da trama e fio sintético no sentido do urdurme. Dotada de elasticidade, maciez e absorvência adequada à sua finalidade e resistência aos meios de esterilização, sem perda da elasticidade. Deverá apresentar-se uniformemente enrolada, com bordas devidamente acabadas; isenção de falhas na tecelagem ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. Características: hipoalergênico. Rayon elástico de alta qualidade, que permite firmeza e compressão controlada. Adesivo poroso que ajuda a prevenir a maceração da pele. Bordas macias e não abrasivas para prevenir cortes ou marcas na pele. Apresentação: rolo com 5 m x 6 cm (aproximadamente). Condição geral: apresentação: embalagem individual. Embalagem: reacondicionado de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o local de uso. Deverão constar externamente na embalagem os seguintes dados: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência de fabricação, prazo de validade, CNPJ da empresa e demais dados que constem na lei 8078/90 (código de defesa do consumidor). Comprovante de regularidade do produto na agência nacional da vigilância sanitária - ANVISA, através de cópia autenticada do registro, da isenção, de notificação ou cadastramento, ou cópia da publicação no D.O.U. Onde comprove o n.º e data do vencimento, ou pedido de revalidação conforme normas vigentes da ANVISA, ou ainda, se for o caso, comprovar que o produto não está sob controle sanitário. Para comprovação também serão aceitos "prints" de páginas do sítio da agência nacional de vigilância sanitária - ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação. Validade do produto: mínimo de 12 meses contados a partir da data da entrega
5	**Soro fisiológico 0,9% frasco de 100ml**
6	**Luva de procedimento em borracha sintética mista**, composta aproximadamente: 96,5% policloreto de vinila e 3,5% de policloreto de nitrila - tamanho grande, sem falhas, formato anatômico, ambidestra, com ajuste perfeito nas mãos; sem qualquer tipo de pó ou lubrificação e impermeabilização interna em poliuretano para facilitar a introdução das mãos; punho acabado; não estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; o epi deverá apresentar em caracteres indelèveis e bem visíveis, nome comercial do fabricante, lote e data de fabricação. Embalagem deverá ser em dispenser box com 100 unidades. De acordo com a ABNT NBR 11193-1. Tamanhos: P,M e G.
7	**Agulha descartável, estéril, calibre 40 x 12mm**. Corpo confeccionado em aço inoxidável biselado de paredes finas, bisel bem-acabado, facetado e afiado, evitando trauma à penetração. Canhão universal em plástico atóxico e apirogênico, encaixe hermético em seringa. Corpo perfeitamente fixado ao canhão. Provida de protetor plástico. Embalagem individual integra, apropriada ao método de esterilização, a selagem deve ser eficiente com 7 mm (mínimo), resistente que garanta a esterilidade do produto e permita abertura asséptica, contendo dados de identificação do material, marca, fabricante, lote, método e data de esterilização, prazo de validade e registro no ministério da saúde. Quando houver carimbo ou etiqueta de identificação, estes deverão estar na borda da embalagem, com 100 unidades. De acordo com a ABNT NBR 7864.
8	**Fita Adesiva Crepe Hospitalar 19 mm x 50 m**, Confeccionado Em Dorso De Papel Crepado Recebendo Em Uma De Suas Faces Massa Adesiva À Base De Borracha Natural E Resina E Na Outra Face Uma Fina Camada Impermeabilizante De Resinas Acrílicas Medindo 19mmx50m, Uniformemente Enrolada Em Dorso De Papelão, De Fácil Remoção Embalada Individualmente Com Dados De Identificação E Procedência, Tipo De Esterilização, Validade, Nº do lote e registro no Ministério da Saúde de acordo com ABNT NBR 16506-1.
9	**Cobertura de fibra gelificante**, não tecido, estéril, macio, composto por álcool polivinílico (PVA), hidroxipropicelulose, com alta capacidade de absorção. Medindo 10cm de largura x 10cm de comprimento podendo ter variação de (+/- 5%) embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica, a apresentação do produto devera obedecer à legislação vigente. Caixa com 5 unidades.
10	**Cobertura de fibra gelificante**, não tecido, estéril, macio, com prata, composto por álcool polivinílico (PVA), hidroxipropicelulose e sulfato de prata ou tecnologia similar ou compatível com a função, com alta capacidade de absorção. Medindo 15cm de largura x 15cm de comprimento podendo ter variação de (+/- 5%) embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica, a apresentação do produto devera obedecer a legislação vigente. Caixa com 5 unidades.
11	**Curativo de polímero e associações,** espuma poliuretano, e silicone, medindo 15cmx15cm. Cobertura multicamadas, autoaderente, autraumatico, absorvente, com camada de filme de poliuretano seguida de camada superabsorvente de algodão e poliacrilato de alta absorção, uma camada dispersiva de não tecido, camada de espuma absorvente de poliuretano e uma camada perfurada de contato de silicone, estéril. Embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica, a apresentação do produto devera obedecer à legislação vigente. Caixa com 5 unidades.
12	**Curativo não aderente multicamadas, flexível, autoaderente, atraumático, absorvente, com bordas**, sendo a primeira camada em contato com a pele / ferida formada por camada de silicone suave, segunda camada de transferência composta por espuma de poliuretano, terceira camada dispersiva de viscose e poliéster, seguida pela quarta camada de algodão e poliacrilato de alta absorção perfurada, com recortes em "y" flexibilidade 360º e quinta camada de filme de poliuretano impermeável à água e bactérias. cobertura com capacidade de manejo de fluido maior ou igual a 20,9 g/10cm2/24h, alta permeabilidade a vapores.tamanho aproximado 15 x 20 cm; cx c/5 unidades. estéril, embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. a apresentação do produto deverá obedecer a legislação vigente.
13	**Solução para irrigação/limpeza e descontaminação de feridas**, composta de 50ppm de HCLO e 50ppm de NACLO. Solução biocompatível, não irritante e não citotóxica, com ação bactericida seletiva. Embalagem em sistema fechado asséptico, com bico aplicador para limpeza no leito da ferida que garanta a integridade do produto até 60 dias após abertura. Registro na ANVISA como produto para saúde, grau de risco iii, frasco com 250ml.
14	**Removedor de adesivo spray**, para remoção de adesivos, curativos e dispositivos médicos (placas estomias), a base de silicone, hipoalergênico, não deve conter: álcool, parafinas, fragrância e corantes em sua formulação. Não pode deixar resíduos, permitir a remoção da cola do curativo e dispositivo medico sem causar lesão e/ou irritação na pele. Apresentação frasco spray aerossol de 60 ml, apresentar laudo de irritabilidade dermica e toxicidade). Rotulo contendo os dados de identificação do produto, lote e validade.

5.3. A CONTRATADA deverá, após autorização da CONTRATANTE, implementar como ferramenta de suporte um sistema estruturado de gestão de riscos assistenciais, abrangendo a adoção de medidas voltadas à segurança do paciente, ações sistemáticas de controle e prevenção de infecções, descarte adequado de resíduos conforme as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 222/2018 da ANVISA, bem como a disponibilização de suporte clínico qualificado para o monitoramento, manejo e mitigação de eventos adversos.

5.4. DA FERRAMENTA

5.5. É obrigatório que a ferramenta informatizada de gestão clínica e administrativa possua integração compatível com os sistemas públicos (CNES, e-SUS, MAC e SISREG), permitindo exportação de dados para o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) e construção de série histórica para auditoria e financiamento.

5.6. Requisitos

5.7. O sistema deverá assegurar o acompanhamento integral da jornada do paciente, por meio de ferramenta informatizada de registro e gestão de informações clínicas, contemplando:

a) Agenda integrada com os serviços de referência, garantindo articulação eficiente entre os níveis de atenção.
b) Cadastro completo e atualizado do paciente, com dados clínicos e administrativos, considerando todas as exigências para posterior faturamento junto ao SIA/SUS.
c) Atendimento inicial estruturado, incluindo anamnese, exame clínico e registros fotográficos padronizados.
d) Monitoramento contínuo dos retornos, com documentação da evolução clínica por meio de relatórios fotográficos comparativos.
e) Controle sistemático dos procedimentos realizados ao longo da jornada assistencial.
f) Registro de alta com integração das informações para continuidade do cuidado na unidade de saúde de origem.
g) Geração de relatórios analíticos essenciais para auditorias, avaliação de desempenho e acompanhamento detalhado da produção ambulatorial e hospitalar vinculada ao objeto contratual.
h) Conformidade rigorosa com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando a privacidade, segurança e integridade das informações dos pacientes.

5.8. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.9. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante que comprovem a execução de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com atendimento mínimo de 10 % (dez por cento) da quantidade de procedimentos relacionados à execução dos serviços deste Termo de Referência ou suficientemente similares;

5.10. Comprovação da compatibilidade de integração aos sistemas públicos (CNES, e-SUS MAC e SISREG), permitindo exportação de dados para o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS);

5.11. Licença de funcionamento da empresa, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;

5.12. Comprovação de regularidade quanto ao Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

5.13. Comprovação de regularidade de todos dos insumos a serem utilizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através do registro; isenção; notificação ou cadastramento; ou ainda, se for o caso, comprovar que o produto não está sob controle sanitário;

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 118/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

5.14. OBRIGAÇÕES E REPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.15. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

5.16. Disponibilizar insumos descritos em quantidade e diversidade suficiente para atender a demanda referenciada.

5.17. Possuir capacidade técnica operativa e profissional – equipe técnica para o desenvolvimento dos procedimentos para assistência dos pacientes que tenha feridas a ser tratadas, de modo a manter o abastecimento de insumos adequado e as condições necessárias para execução dos procedimentos.

5.18. Encaminhar os pacientes para a unidade onde será realizado o serviço, através da rede municipal de saúde, com impresso determinado pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.19. Dispor de profissional interdisciplinar, com registro ativo na categoria de classe e disponibilidade para cadastro no CNES, em quantidades suficientes para suportar a demanda dos serviços contratados, conforme descrito abaixo:

a) 01 Enfermeiro Estomaterapeuta/Dermatologista/Podiatra

5.20. Os profissionais listados no item 4.5 serão responsáveis pela execução do serviço durante a vigência contratual, devendo o cadastro no CNES ser imediatamente atualizado em caso de substituição, com intuito de registrar os procedimentos no faturamento municipal.

5.21. Apresentar equipe técnica e cronograma de implantação no prazo de 15 dias após a ordem de serviço.

5.22. Apresentar protocolo para tratamento de feridas de todas as especialidades envolvidas em até 30 dias após a Ordem de Serviço.

5.23. Acompanhar o desenvolvimento das atividades do serviço implantado, gerando relatórios de acompanhamento, que devem ser encaminhados ao gestor do contrato.

5.24. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus funcionários, respondendo por todo e qualquer dano ou faltas que eles venham a ocasionar no desempenho de suas funções, reservando-se a CONTRATANTE, o direito de exigir a apresentação de atestados de antecedentes criminais e de boa conduta.

5.25. A CONTRATADA deverá implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

5.26. Realizar atendimento domiciliar à pacientes acamados, referenciados pela CONTRATANTE.

5.27. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de se reportarem, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços da CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes.

5.28. Submeter-se à fiscalização permanente dos gestores do contrato, designados pela CONTRATANTE.

5.29. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

5.30. Manter durante a vigência da contratação compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.31. Cumprir toda a legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados.

5.32. Por descumprimento total ou parcial das obrigações contratadas e assumidas serão aplicadas à CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente.

5.33. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável ao objeto do contrato.

5.34. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

5.35. Não subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis ao caso determinadas pela Lei Federal nº 14.133/23.

5.36. Manter seus funcionários devidamente uniformizados, com calças, jalecos, sapatos, luvas, crachá de identificação com foto e equipamentos de proteção individual.

5.37 Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

como aos bens públicos móveis e imóveis assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.38. Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução dos serviços.

5.39. Assegurar o alinhamento com a Central Municipal de Regulação junto à CONTRATANTE, com definição clara de fluxo de encaminhamento e contra referência.

5.40. A equipe técnica designada pela CONTRATADA deverá participar ativamente da elaboração, validação e atualização periódica dos protocolos clínicos e da definição dos indicadores de qualidade assistencial e custo-efetividade.

5.41. Garantir que a escala da equipe esteja permanentemente preenchida, correndo por sua conta a responsabilidade pela substituição de funcionários de folga, férias ou outro impedimento.

5.42. Substituir imediatamente qualquer funcionário a pedido da Unidade Requisitante da CONTRATANTE, sendo desnecessária a declaração imediata dos motivos respectivos;

5.43. Apresentar a relação nominal dos seus funcionários, com a respectiva identificação, dando ciência prévia a Unidade Requisitante das alterações decorrentes de eventuais substituições, exclusões e/ou inclusões.

5.44. Qualquer irregularidade, seja relacionada à ausência de funcionários — por motivo de greve ou outra causa —, seja à falta de materiais, à quebra de equipamentos ou a quaisquer outras ocorrências que comprometam a execução dos serviços, deverá ser comunicada por escrito à CONTRATADA. Esta, por sua vez, deverá informar à Unidade Requisitante, também por escrito e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, as providências adotadas, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

5.45. Responsabilizar-se pelo acompanhamento de seus funcionários que se acidentarem durante a execução dos serviços.

5.46. Arcar com todas as despesas referentes aos empregados, inclusive férias, folgas, vale-transporte, substituições, etc., além dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, tributos e demais impostos, e efetuar o regular fornecimento de uniformes, crachás com foto, máquinas, aparelhos, utensílios, e equipamentos de segurança e quaisquer outros materiais necessários a correta execução dos serviços.

5.47. Todas as faltas de funcionários da CONTRATADA deverão ser cobertas em até 2 horas após o início dos turnos, sem prejuízo da execução dos serviços.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

6.1. Oferecer local adequado com espaço suficiente para atendimento da demanda, respeitando as normas vigentes da Vigilância Sanitária.

6.2. A CONTRATANTE poderá indicar a equipe técnica multiprofissional responsável pela fiscalização dos serviços junto à CONTRATADA. Essa equipe poderá ser composta pelos seguintes profissionais:

a) Servidores administrativos em número suficiente para atender a demanda.

b) Gestor de Acompanhamento do contrato.

6.3. Encaminhar através de impresso próprio os pacientes ao Centro Especializado em tratamento de Feridas, oriundos das Unidades de Saúde Municipal.

6.4. Estabelecer o fluxo de encaminhamento (referência e contra referência) de acordo com o protocolo adotado e estabelecido junto à CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE deverá, após discussão e aperfeiçoamento, adotar os protocolos elaborados pela CONTRATADA.

6.6. Disponibilizar equipe técnica para participar das capacitações oferecidas pela CONTRATADA, de acordo com cronograma apresentado.

6.7. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados.

6.8. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os funcionários da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

6.9. Notificar a CONTRATADA por escrito de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

6.10. Efetuar os pagamentos devidos, no prazo contratual.

6.11. Prestar aos empregados da CONTRATADA as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

6.12. Realizar o registro dos procedimentos executados no Sistema de Registro do SUS, para efeito de faturamento e criação de série histórica.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.13. Realizar a esterilização dos instrumentais e outros quando indispensáveis para a realização dos serviços contratados.

6.14. Assegurar o abastecimento e esterilização dos instrumentais compartilhados, a manutenção da infraestrutura física e o funcionamento contínuo do CNES para registro das ações de média e alta complexidade (MAC).

7. DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

7.1. A Secretaria Municipal de Saúde cederá o espaço físico para as instalações dos serviços contratados.

7.2. Os serviços deverão obedecer aos requisitos, quanto às normas específicas referentes à área de engenharia, arquitetura e vigilância sanitária em vigor, com vistas a garantir as condições físicas adequadas ao atendimento da clientela.

7.3. Todas as despesas para adequação do espaço físico serão de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A CONTRATANTE disponibilizará, para atendimento dessa demanda, os espaços ou salas para realização dos procedimentos dos curativos.

8. FISCALIZAÇÃO/ CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através da designação de comissão de acompanhamento e avaliação (ANEXO I).

8.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

8.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8.7. Compete à Secretaria Municipal de Saúde, o acompanhamento e controle de execução do Contrato, bem como expedir Ordem de Serviço, competindo-lhes, ainda, receber, conferir e atestar as Notas Fiscais/Faturas encaminhando-as para fins de pagamento, após análise dos relatórios de produção, juntamente com o relatório de análise dos serviços prestados, em conformidade com as exigências do descritivo, elaborado pela equipe técnica fiscalizadora.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. O pagamento será feito mensalmente, através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO única para cada período, onde deve estar discriminado apenas o "VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO", sendo este formado pela parcela do "VALOR MENSAL DO SERVIÇO" conforme apresentado na proposta da CONTRATADA, com eventuais descontos referentes aos Acordos de Nível de Serviço e/ou eventuais sanções contratuais aplicadas;

9.2. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE somente para a CONTRATADA, em conta corrente bancária de sua titularidade, após a atestação da NOTA FISCAL DE SERVIÇO pela CONTRATANTE, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

9.3. A Nota deverá ser acompanhada pela avaliação dos serviços prestados, através de documento emitido pelo Gestor do Contrato, ou por alguém por ele designado.

10. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Bloco da Atenção Primária – IGM SUS Paulista – DR: 0230100.95 – Ficha: 129 – Agência: 1596-2 – Conta: 25.878-4.

Pirapora do Bom Jesus, 16 de Julho de 2026.

Antônia Paixão
Secretária Municipal de Saúde

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO I (TERMO DE REFERENCIA)

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

INTRODUÇÃO

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

1. OBJETIVO

1.1. Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução dos contratos de prestação de serviços especializados em Tratamento de Feridas.

2. REGRAS GERAIS

2.1.A avaliação da CONTRATADA na Prestação de serviços especializados em Tratamento de Feridas se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

a) Desempenho profissional
b) Desempenho das atividades
c) Gerenciamento

3. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA NA AVALIAÇÃO:

Bom ou Totalmente realizado	Razoável ou Realizado com intercorrências de pouca gravidade	Regular ou Parcialmente realizado	Ruim ou Não realizado
3 (três)	**2 (dois)**	**1 (um)**	**0 (zero)**

4. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

4.1.Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

4.2.As avaliações serão encaminhadas a CONTRATADA, por e-mail a ser fornecido a Comissão de Fiscalização, em até 10 (dez) dias após a medição, para que ela tenha ciência de seu desempenho, principalmente em relação as pontuações 1,5 (um e meio) e 0 (zero);

4.3.Sempre que a CONTRATADA solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pela Comissão de Fiscalização. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

5. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

Desempenho Profissional:

ITEM PERCENTUAL DE PONDERAÇÃO

ITEM	TOTAL 100%
Pontualidade/Frequência e disponibilidade dos funcionários nos horários determinados	40%
Atendimento aos pacientes, funcionários, público em geral/postura	40%
Uniformes/Identificação	20%
Total	**100%**

Desempenho das Atividades:

ITEM PERCENTUAL DE PONDERAÇÃO

ITEM	TOTAL 100%
Atendimentos/Consultas/Procedimentos realizados de acordo com as especificações do Termo de Referência.	35%
Estocagem e fornecimento de materiais e insumos de acordo com as especificações do Termo de Referência.	35%

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Preenchimento correto e entrega dentro do prazo dos documentos solicitados para fins de faturamento e construção de série histórica	30%
Total	**100%**

Gerenciamento:

ITEM PERCENTUAL DE PONDERAÇÃO

ITEM	TOTAL 100%
Gerenciamento das Atividades	25%
Entrega das escalas de trabalho dos profissionais	25%
Atendimento às Solicitações	25%
Salários, Remunerações, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	25%
Total	**100%**

6. PENALIDADES

6.1.Advertência: na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por duas avaliações subsequentes ou três alternadas, no período de 12 (doze) meses, ou ainda por três avaliações subsequentes ou quatro alternadas na ocorrência de nota 2, em quaisquer dos itens estabelecidos nos módulos, Desempenho Profissional, Desempenho das Atividades ou Gerenciamento, a CONTRATADA poderá sofrer advertência por escrito, após considerações da Comissão de Fiscalização e juntadas cópias das avaliações realizadas no período.

6.2.Multa: na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por três avaliações subsequentes ou quatro alternadas, no período de 12 (doze) meses, ou ainda por cinco avaliações subsequentes ou seis alternadas na ocorrência de nota 2, em quaisquer dos em quaisquer dos itens estabelecidos nos módulos, Desempenho Profissional, Desempenho das Atividades ou Gerenciamento, a CONTRATADA poderá sofrer as penalidades previstas no Contrato.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

7. RESPONSABILIDADES

7.1. Equipe de Fiscalização:

- Responsável pela Avaliação da CONTRATADA, utilizando-se o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1,5 (um e meio).

7.2. Gestor do Contrato:

- Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório a CONTRATADA;
- Responsável pela aplicação de advertência a CONTRATADA e encaminhamento de conhecimento a autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia da CONTRATADA;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final, atestando sua capacidade técnica.

8. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

8.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base nos Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento do serviço prestado, de forma a embasar a avaliação mensal da CONTRATADA.

8.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1,5 (um e meio) para o Gestor do Contrato.

8.3. Cabe ao Gestor do Contrato, mensalmente, e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho e encaminhar 1 (uma) via para a CONTRATADA.

8.4. De posse dessa avaliação, o Gestor do Contrato deve controlar a qualidade dos serviços e quando necessário aplicar na medição seguinte as penalidades cabíveis previstas neste procedimento, garantindo Defesa Prévia a CONTRATADA.

8.5.Cabe ao Gestor do Contrato encaminhar mensalmente a CONTRATADA, no fechamento das medições, o Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

mês a mês, o desempenho global da CONTRATADA em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

8.6. Cabe ao Gestor do Contrato emitir, quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro Resumo e conceituando a CONTRATADA como segue:

- **Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado**: quando a Contratada obtiver nota final superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e ausência de penalidades;
- **Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado**: quando a CONTRATADA apesar de obter nota final superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) já tenha sido penalizada;
- **Conceito Geral Ruim e Desempenho não Recomendado:** quando a CONTRATADA além de obter nota final inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tenha sido penalizada.

9. ANEXOS

- Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo II).
- Instruções para o preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo III).
- Matriz de Responsabilidades (Anexo IV)

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO II (TERMO DE REFERENCIA)

Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

Contrato nº	Período	Data
Contratada:		
Responsável pela Fiscalização:		
Gestor do Contrato:		

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Pontualidade/Frequência e disponibilidade dos funcionários nos horários determinados	40%		
Atendimento aos pacientes, funcionários, público em geral/postura	40%		
Uniformes/Identificação	20%		
Total			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Atendimentos/Consultas/Procedimentos realizados de acordo com as especificações do Termo de Referência	35%		
Estocagem e fornecimento de materiais e insumos de acordo com as especificações do Termo de Referência	35%		
Preenchimento correto e entrega dentro do prazo dos documentos solicitados para fins de faturamento e construção de série histórica	30%		
Total			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Gerenciamento das Atividades	25%		
Entrega das escalas de trabalho dos profissionais	25%		
Atendimento às Solicitações	25%		
Salários, Remunerações, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	25%		
Total			

NOTA FINAL = (Soma do Grupo 1, 2 e 3)

_____

Assinatura do Responsável

ANEXO III

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

1. DOS CONCEITOS ATRELADOS AS NOTAS:

Nota 3 – Bom ou totalmente realizado - Utilizado quando os serviços prestados cumprirem fielmente o estipulado no edital, dentro de padrões mínimos de qualidade.

Nota 2 – Razoável ou realizados com intercorrências de pouca gravidade - Utilizado quando ocorrerem divergências e/ou incorreções na prestação de serviços que não impeçam sua realização e/ou efetividade, ou que sejam sanados logo após a notificação. Ex. Profissional que se atrasa em período curto de tempo, profissionais sem identificação e/ou uniforme, demora injustificada no atendimento.

Nota 1 – Regular ou Parcialmente realizado - Utilizado quando ocorrerem fatos que comprometam a efetiva realização dos serviços. Ex. Atraso de profissional que comprometa a agenda diária, entrega de documentos após o prazo convencionado, guias preenchidas de maneira errada.

Nota 0 – Ruim ou Não realizado - Utilizado quando houver ação ou omissão que comprometa gravemente a prestação dos serviços. Ex. Falta de materiais, falta de profissionais, desrespeito com os outros funcionários, pacientes, e/ou público em geral.

2. DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO:

Grupo 1 – Pessoal

A - Pontualidade/Frequência e disponibilidade dos funcionários nos horários determinados.

- Cumprimento integral dos horários e frequência de trabalho, estabelecidos no Contrato e seus Anexos;
- Disponibilidade para atendimento nos locais e horários determinados, com o desenvolvimento das atividades contratuais;
- O item será considerado fora de conformidade, quando constatado pela fiscalização, entre outras situações: Funcionários (Médicos/técnicos) que estando no local de trabalho for encontrado fora das condições necessárias ao bom cumprimento dos serviços, ausência dos profissionais em seus locais de trabalho.

B – Atendimento aos pacientes, funcionários, público em geral, postura.

- Bons modos e cordialidade nos atendimentos em geral.
- Correta orientação e prescrição aos pacientes.
- Agilidade e presteza nos atendimentos.

O item será considerado fora de conformidade, quando constatado pela fiscalização, entre outras situações: Tratamento desrespeitoso com funcionários e/ou usuários do serviço em geral, falta de prescrição, quando necessário, imperícia na realização de procedimentos.

C - Uniformes/Identificação

- Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada.
- Utilização de equipamentos de proteção individual, quando necessário.

Grupo 2 – Desempenho das Atividades

A - Atendimentos/Consultas/Procedimentos realizados de acordo com as especificações do Termo de Referência.

B - Estocagem e fornecimento de materiais e insumos de acordo com as especificações do Termo de Referência.

- Verificar a validade dos produtos e/ou materiais utilizados.
- Manter estoque compatível e suficiente para atendimento das demandas.

O item será considerado fora de conformidade, quando constatado pela fiscalização, entre outras situações: Desorganização e ou sujidade nas dependências em que o material é armazenado, falta de produtos, etc.

C - Preenchimento correto e entrega dentro do prazo dos documentos solicitados para fins de faturamento e construção de série histórica.

- Preencher os documentos de maneira correta e legível,
- Observar o prazo para entrega dos documentos sempre de acordo com os prazos estabelecidos pela Secretaria de Saúde do município.

Grupo 3 – Gerenciamento

A - Gerenciamento das Atividades

- Administração das atividades operacionais.
- Monitoramento de toda a prestação de serviços, compreendendo pessoal, material e atividades/procedimentos realizados.
- Resolução rápida e efetiva de problemas e/ou conflitos.

B - Entrega das Escalas

- Apresentação semanal e sempre que necessária das escalas de trabalho, bem como, dos responsáveis pelos serviços.
- O item será considerado fora de conformidade, quando constatado pela fiscalização, entre outras situações: Desconformidade entre a escala entregue e os profissionais efetivamente alocados.

C - Salários Benefícios e Obrigações Trabalhistas

- Comprovação do cumprimento das Obrigações Trabalhistas, apresentando documentação solicitada pela Contratante
- Apresentação de Contrato de prestação de Serviços para profissionais autônomos (PJ).
- Outros documentos solicitados pela CONTRATANTE.

ANEXO IV (TERMO DE REFERENCIA)

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Item	Descrição	Contratante	Contratada
1	Fornecimento de local para instalação do serviço	X	
2	Fornecimento de insumos e materiais		X
3	Disponibilização de equipe técnica multiprofissional	X	X
4	Capacitação da equipe da rede		X
5	Elaboração e atualização de protocolos clínicos	X	X
6	Atendimento ambulatorial e domiciliar		X
7	Supervisão técnica e emissão de relatórios de produção	X	X
8	Registro dos procedimentos no sistema de informação oficial (e-SUS, CNES)	X	X
9	Avaliação periódica dos indicadores de qualidade assistencial	X	X

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Cidade, XX de XXXXXXXX de XXXX

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

OBJETO : Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação de equipe técnica para desenvolvimento das ações.

Item	Quant.	Unid.	Discriminação	Valor Unitário	Valor total
01				R$	R$

VALOR REFERENCIAL LOTE:

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.
Declaramos total concordância com os termos do Edital em referência, e das condições da presente licitação.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Dados do representante legal que assinará a Ata/contrato:

A empresa ..... qualifica o Sr(a)., Pessoa Física inscrita no CPF/MF nº.... e RG.

Nº....., data de nascimento ..../...../..... estado civil....., (cargo/função), endereçado a Rua

....., nº. ..... Bairro ..... Cidade de .Estado de....., com os seguintes endereços eletrônicos: e-mail 1....., e-mail 2.....para assinar a Ata/contrato, caso seja vencedora do certame.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

**** ASSINAR E CARIMBAR, FORMA ELETRÔNICA OU DIGITALIZAR****

Validade da Proposta: conforme edital

Condições de Pagamento: conforme edital

Prazo de entrega: conforme edital

Data e assinatura;

Nome do signatário;

Identidade:

CPF:

Endereço: E-mail:

NOME ASSINATURA

CARIMBO DA EMPRESA

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Dispensa Eletrônica nº 0052/2026

Processo Nº 0507/2026

OBJETO : Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação de equipe técnica para desenvolvimento das ações.

AO

MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

DECLARAÇÃO

A (nome da Empresa), sediada na (endereço completo), vem por meio desta, declarar que:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (item 2.1. "g");

b) superveniência de fato impeditiva para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação;

c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.;

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

d) que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no do artigo 14 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;

e) que a proposta econômica apresentada compreende integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021

[redacted]

Nome do signatário;

Cargo

Identidade:

CPF:

Carimbo da empresa

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO

MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Dispensa Eletrônica nº 0052/2026

Processo Nº 0507/2026

OBJETO : Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação de equipe técnica para desenvolvimento das ações.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

_____, ___de ___de

Nome do signatário;

Cargo

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº CXXXX/2026

PROCESSO: 0507/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação da equipe técnica para desenvolvimento das ações**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS.

CONTRATADA: XXXXXXXXXX

VALOR DO CONTRATO: R$ XXXXXXX

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de Pirapora do Bom Jesus, e a empresa **XXXXXXXXX**

.

O **Município de Pirapora do Bom Jesus**, neste ato representada por, **Gregório Rodrigues Pontes Maglio** adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXX XXXXXX,** com sede na Rua XXXXX, nº XXXX – XXXXXX, XXXXXX – XXXXXX – SP, CEP XXXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal **XXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade nºXXXXXXXXX XXX/XX e CPF nº XXXXXXX, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação da equipe técnica para desenvolvimento das ações, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Os serviços compreenderão, entre outras atividades previstas no Termo de Referência:

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 118/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

a) avaliação e acompanhamento de pacientes com feridas agudas e crônicas;
b) classificação das feridas por tipo, estágio e exsudação;
c) elaboração e aplicação de protocolos clínico-assistenciais;
d) realização de procedimentos de tratamento de feridas;
e) limpeza, aplicação de coberturas avançadas e bandagens, quando indicadas;
f) realização de desbridamento, quando necessário e indicado;
g) acompanhamento periódico da evolução dos pacientes;
h) atendimento domiciliar aos pacientes acamados referenciados pela CONTRATANTE;
i) fornecimento das materiais e insumos necessários à execução dos procedimentos;
j) disponibilização de profissionais habilitados;
k) capacitação da equipe da rede municipal de saúde;
l) elaboração de relatórios de acompanhamento e produção;
m) utilização de ferramenta informatizada para registro e gestão das informações clínicas, observadas as exigências do Termo de Referência;
n) implantação e acompanhamento de indicadores de desempenho;
o) demais serviços necessários à perfeita execução do objeto.

1.3. A prestação dos serviços deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A execução dos serviços observará a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde e o fluxo de referência e contrarreferência estabelecido pela CONTRATANTE.

2.2. Conforme estimativa constante do Termo de Referência, prevê-se o atendimento de aproximadamente **17 pacientes**, com expectativa média de **68 procedimentos por mês**, totalizando aproximadamente **204 procedimentos por trimestre**.

2.3. A quantidade prevista constitui estimativa para dimensionamento dos serviços, devendo a execução observar as necessidades efetivamente encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e as condições estabelecidas no procedimento de contratação.

2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica e cronograma de implantação no prazo de até **15 (quinze) dias** contados da emissão da Ordem de Serviço.

2.5. A CONTRATADA deverá apresentar protocolo para tratamento de feridas das especialidades envolvidas no prazo de até **30 (trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço.

2.6. A Secretaria Municipal de Saúde indicará o local de execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.7. A CONTRATADA deverá realizar as adequações eventualmente necessárias ao espaço físico para o desenvolvimento das ações, quando de sua responsabilidade conforme o Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS INSUMOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

3.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os insumos necessários à realização dos procedimentos contratados, em quantidade e diversidade suficientes para atender à demanda referenciada.

3.2. Integram os serviços, entre outros materiais previstos no Termo de Referência:

a) compressas de gaze estéril;
b) ataduras de crepe;
c) bandagens de fixação elástica;
d) bandagens elásticas funcionais adesivas;
e) soro fisiológico 0,9%;
f) luvas de procedimento;
g) agulhas descartáveis;
h) fitas adesivas hospitalares;
i) coberturas de fibra gelificante;
j) coberturas de fibra gelificante com prata;
k) curativos de polímero e associações;
l) curativos não aderentes multicamadas;
m) soluções para irrigação, limpeza e descontaminação de feridas;
n) removedores de adesivo;
o) demais insumos necessários à adequada execução dos serviços.

3.3. Os materiais e insumos deverão atender às especificações técnicas do Termo de Referência e à legislação sanitária aplicável, inclusive quanto ao registro, notificação, cadastramento ou regularidade perante a ANVISA, quando exigível.

3.4. Os mobiliários, equipamentos e instrumentais necessários à realização dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, observadas as disposições do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA

DA EQUIPE TÉCNICA

4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais devidamente habilitados e com registro ativo nos respectivos órgãos de classe, em quantidade suficiente para atender à demanda contratada.

4.2. Deverá ser disponibilizado, no mínimo, o seguinte profissional:

a) 01 (um) Enfermeiro Estomaterapeuta/Dermatologista/Podiatra, conforme exigências constantes do Termo de Referência.

4.3. Os profissionais deverão estar disponíveis para cadastro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, quando aplicável.

4.4. Em caso de substituição de profissional, a CONTRATADA deverá providenciar a atualização do cadastro correspondente, observando as exigências do Município.

4.5. A CONTRATADA deverá manter sua equipe devidamente uniformizada, identificada por crachá com foto e utilizando os equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste instrumento e no Termo de Referência:

a) executar integralmente os serviços contratados, observando as especificações técnicas estabelecidas;

b) disponibilizar profissionais habilitados e em número suficiente para atender à demanda;

c) fornecer todos os materiais, insumos, equipamentos e demais recursos necessários à execução dos serviços, quando de sua responsabilidade;

d) manter os insumos em quantidade suficiente para assegurar a continuidade dos atendimentos;

e) realizar atendimento domiciliar aos pacientes acamados referenciados pela CONTRATANTE;

f) apresentar equipe técnica e cronograma de implantação no prazo estabelecido;

g) apresentar os protocolos para tratamento de feridas no prazo estabelecido;

h) acompanhar o desenvolvimento das atividades e elaborar relatórios de acompanhamento;

i) manter atualizadas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual;

j) submeter-se à fiscalização permanente da CONTRATANTE;

k) corrigir, reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução;

l) cumprir a legislação aplicável ao controle e prevenção de infecções;

m) não utilizar os pacientes para fins de experimentação;

n) não subcontratar, ceder ou transferir o objeto contratual, total ou parcialmente, sem prévia autorização da CONTRATANTE, quando admitida;

o) manter absoluto sigilo sobre documentos, informações e dados dos pacientes e demais informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato;

p) observar a legislação relativa à proteção de dados pessoais e a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

q) responsabilizar-se pelos danos decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia ou imprudência de seus agentes;

r) manter a escala de profissionais permanentemente preenchida, providenciando as substituições necessárias;

s) comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer ocorrência que comprometa a execução dos serviços;

t) informar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, as providências adotadas para solucionar ocorrências que comprometam a execução contratual;

u) arcar com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

v) apresentar os documentos necessários à medição, fiscalização e pagamento dos serviços;

w) cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) disponibilizar o espaço físico para realização dos atendimentos, nos termos do Termo de Referência;

b) encaminhar os pacientes através da rede municipal de saúde, mediante os instrumentos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) estabelecer o fluxo de referência e contrarreferência;

d) disponibilizar equipe técnica para participação nas capacitações;

e) fiscalizar a execução dos serviços;

f) notificar a CONTRATADA acerca de irregularidades verificadas;

g) fornecer as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto;

h) realizar os registros dos procedimentos nos sistemas oficiais do SUS, conforme suas atribuições;

i) efetuar os pagamentos devidos, desde que cumpridas as condições estabelecidas neste contrato;

j) receber, conferir e atestar as Notas Fiscais, após análise dos relatórios de produção e da avaliação dos serviços prestados;

k) exercer as demais atribuições previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO LOCAL DE EXECUÇÃO

7.1. Os serviços serão realizados no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. A CONTRATANTE disponibilizará espaço ou salas adequadas para a realização dos procedimentos, observadas as normas vigentes.

7.3. Eventuais adequações necessárias ao espaço físico, quando de responsabilidade da CONTRATADA, serão executadas às suas expensas.

CLÁUSULA OITAVA

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidores ou comissão especialmente designados.

8.2. A fiscalização verificará a conformidade dos serviços prestados, dos materiais utilizados, dos profissionais disponibilizados e dos demais recursos empregados na execução do contrato.

8.3. A fiscalização registrará as ocorrências verificadas e adotará as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

8.4. A CONTRATADA deverá permitir e facilitar o exercício da fiscalização, fornecendo todos os documentos e informações solicitados.

8.5. A avaliação dos serviços será realizada de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, considerando, entre outros aspectos:

a) desempenho profissional;
b) desempenho das atividades;
c) gerenciamento.

8.6. As avaliações poderão considerar critérios relacionados à pontualidade e frequência dos profissionais, atendimento aos pacientes, uniformização e identificação, execução dos procedimentos, fornecimento de materiais e insumos, documentação para faturamento, gerenciamento das atividades, escalas de trabalho e cumprimento das obrigações trabalhistas.

8.7. O descumprimento das obrigações poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste contrato, no instrumento de contratação, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA

DO VALOR DO CONTRATO

9.1. Pela execução integral do objeto, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de:

R$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

9.2. O valor total estimado do presente contrato será de:

R$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

9.3. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive materiais, insumos, equipamentos, profissionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, transporte, seguros e demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

9.4. O pagamento observará os critérios de medição, avaliação e eventuais descontos decorrentes da aplicação dos níveis de serviço e/ou sanções contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado **mensalmente**, mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviço única correspondente ao período de execução.

10.2. A Nota Fiscal deverá discriminar o valor mensal do serviço a ser faturado, observados eventuais descontos decorrentes de avaliação dos serviços ou sanções aplicadas.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 118/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

10.3. O pagamento será efetuado somente após a efetiva prestação dos serviços, apresentação da documentação exigida, avaliação correspondente e atestação da Nota Fiscal pelo responsável designado pela CONTRATANTE.

10.4. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da avaliação dos serviços prestados e dos demais documentos exigidos pela CONTRATANTE.

10.5. O pagamento será realizado em conta bancária de titularidade da CONTRATADA.

10.6. Eventuais irregularidades na documentação ou na execução dos serviços poderão suspender o pagamento até sua regularização, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA VIGÊNCIA

11.1. O presente contrato terá vigência de **03 (TRÊS) meses**, iniciando-se a partir de //2026 e encerrando-se em //_____.

11.2. A execução dos serviços terá início após a emissão da respectiva Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.3. A eventual prorrogação contratual somente poderá ocorrer quando admitida pela legislação aplicável e mediante formalização própria, observadas as condições legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

12.1. O reajuste dos preços observará a legislação aplicável e as condições estabelecidas no instrumento de contratação.

12.2. Eventual reajuste dependerá de solicitação formal da CONTRATADA e da comprovação dos requisitos legais, quando exigíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA REPACTUAÇÃO, REVISÃO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Fica assegurado às partes o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nas hipóteses e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

13.2. Eventuais pedidos deverão ser formalmente apresentados e devidamente instruídos com os documentos comprobatórios necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO

14.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre os dados, informações, prontuários, documentos, imagens e demais informações relativas aos pacientes a que tiver acesso em razão da execução contratual.

14.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas.

14.3. O tratamento de dados deverá observar a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

14.4. É vedada a utilização de informações, fotografias, imagens ou dados dos pacientes para finalidade diversa daquela necessária à execução do objeto, salvo quando houver fundamento legal específico e autorização correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

15.1. A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais e comerciais decorrentes da execução dos serviços e pela relação jurídica mantida com seus empregados, profissionais e prepostos.

15.2. Não se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre os profissionais da CONTRATADA e o Município de Pirapora do Bom Jesus.

15.3. A CONTRATADA deverá responder por eventuais obrigações decorrentes de acidentes de trabalho envolvendo seus empregados ou profissionais durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

16.1. As responsabilidades das partes observarão, no que couber, a matriz constante do Termo de Referência, especialmente quanto a:

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

a) fornecimento do local para instalação do serviço;
b) fornecimento de insumos e materiais;
c) disponibilização da equipe técnica;
d) capacitação da equipe da rede municipal;
e) elaboração e atualização de protocolos clínicos;
f) atendimento ambulatorial e domiciliar;
g) supervisão técnica e emissão de relatórios de produção;
h) registros dos procedimentos nos sistemas oficiais;
i) avaliação periódica dos indicadores de qualidade assistencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento das condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se a executar o objeto de acordo com suas especificações.

17.2. O Termo de Referência e a proposta da CONTRATADA integram o presente contrato para todos os fins, independentemente de transcrição integral

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

I. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, e das demais normas complementares aplicáveis.
II. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
III. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
IV. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
V. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
VI. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
VII. Nesta hipótese aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DAS PENALIDADES

19.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no instrumento de contratação, no Termo de Referência e neste contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta:

a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A aplicação das penalidades observará a legislação vigente e a apuração formal da ocorrência.

19.4. As avaliações periódicas previstas no Termo de Referência poderão subsidiar a aplicação das medidas administrativas cabíveis.

19.5. As penalidades relacionadas ao desempenho dos serviços observarão, ainda, os critérios estabelecidos no procedimento de avaliação constante do Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

DISPOSIÇÕES FINAIS

I. Fica a **CONTRATADA** ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
II. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Santana de Parnaíba para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

Pirapora do Bom Jesus XX de XXXXXX de 2026.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

PREFEITO MUNICIPAL
GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

XXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Andrielle Cristina de Aguiar
RG: 47.485.467-x

Malena Palazzolli Ribeiro
RG: 48.958.557-7

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 118/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 02/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)***

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): CXXXXX/2026.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação da equipe técnica para desenvolvimento das ações**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

É de exclusiva responsabilidade de o contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: PIRAPORA DO BOM JESUS XX de XXXXX de 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXX

Cargo: XXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Antônia Paixão

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Paloma Cristina de Brito Ferreira

Cargo: Administrativo

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável (is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Pirapora do Bom Jesus-SP, 2 de Setembro de 2026

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5 e informe o código 3C80-E44D-0193-DCF5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3C80-E44D-0193-DCF5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR (CPF 124.XXX.XXX-08) em 02/09/2026 16:45:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C80-E44D-0193-DCF5